

O biopoder da escola na juventude: uma revisão bibliográfica

Juliana Campos Pinheiro¹

Gilzélia Cristina Pereira de Mendonça²

Andrea Freitas e Silva Maia³

Gabriel Coutinho Gonçalves⁴

Dennys Ramon de Melo Fernandes Almeida⁵

Gabriel Gomes da Silva⁶

Vico Dênis Sousa de Melo⁷

RESUMO

Neste artigo, o pensamento de Michel Foucault sobre o biopoder é visto nas relações da escola formal, enquanto espaço de interação, saberes e escolarização da juventude na educação básica. Foucault foi um intelectual renomado e reconhecido mundialmente pela sua genialidade em lidar com temas polêmicos e instigantes, enfrentando e propondo debates não comuns na sociedade. O pensamento intelectual de Foucault concentrou-se em questões específicas sobre a loucura, a sexualidade, o poder e o discurso. No seu livro **Microfísica do Poder**, o autor faz uma análise subjetiva sobre os mecanismos e as tecnologias de expressão de poder, seguindo a lógica temporal dos contextos históricos sociais. A escola uma instituição social e lócus de relações de poder é notadamente exemplificada em seu contexto pelo disciplinamento, vigilância e controle. O sistema de organização curricular e didático pedagógico da escola formal se rege por dimensões diversas de dominação, seguindo as estratégias enunciadas pelo biopoder e asseguradas pela biopolítica. O pensamento e o comportamento juvenil vêm se contrapor às regras estabelecidas na escola, expressas por ações de monitoramento, avaliação e punição, rompendo o ciclo de dominação a que são submetidos na sua trajetória escolar.

Palavras-Chave: Juventude. Escola. Biopoder. Biopolítica.

School biopower in youth: a bibliographical review

ABSTRACT

In this article, Michel Foucault's thought about biopower is seen in formal school relations as a space for interaction, knowledge and schooling of youth in basic education. Foucault was a renowned intellectual and recognized worldwide for his genius in dealing with controversial and thought-provoking topics, facing and proposing unusual debates in society. Foucault's intellectual thinking focused on specific

¹ Cirurgiã-Dentista, Mestre em Patologia Oral; Doutoranda em Biologia Experimental UFRN. Pós-graduanda em Implantodontia. E-mail: julianapinheiroodonto92@gmail.com.

² Discente do Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: Gilzeliacristina@gmail.com

³ Discente do Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: andreaifmaia@hotmail.com

⁴ Discente do Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: risdogabs@gmail.com

⁵ Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Odontológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (nível doutorado) - UFRN.

⁶ Discente em Odontologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (nível graduação) - UFRN. E-mail: silvagg94@gmail.com

⁷ Docente do Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Disciplina de Tópicos Especiais: Necropolítica. E-mail: vicodenis@gmail.com.

questions about madness, sexuality, power and discourse. In his book **Microphysics of Power**, the author makes a subjective analysis of the mechanisms and technologies of power expression, following the temporal logic of historical social contexts. School as the locus of a social institution of power relations is notably exemplified in its context by discipline, vigilance, and control. The formal school curriculum and didactic organization system is governed by different dimensions of domination, following the strategies enunciated by biopower and ensured by biopolitics. Youth thinking and behavior contradicts the rules established at school, expressed by actions of monitoring, evaluation and punishment, breaking the cycle of domination to which they are subjected in their school career.

Keywords: Youth. School. Biopower. Biopolitics.

1 INTRODUÇÃO

A questão interpretada e analisada por Foucault sobre a Microfísica do Poder engloba uma abordagem acerca das tecnologias e mecanismos utilizados pela sociedade moderna no final do século XVII e início do século XVIII. A ideia de poder era centrada no Estado, como órgão absoluto de onde emanava toda a origem de poder. Foucault desmistifica esse paradigma, quando afirma ser o poder uma relação de força, envolvendo microgrupos e macrogrupos da sociedade: o poder não é algo substancial, que pode ser dado, transferido ou cedido, mas uma força que se exerce nas relações interpessoais entre grupos diversos da sociedade. A disciplina e a biopolítica, no pensamento de Foucault, constituem formas de controle e dominação, que regulamentam a vida em sociedade. (FOUCAULT⁸, 1976).

A disciplina, como mecanismo de poder, utiliza a vigilância, o controle, a correção e a punição, visando manter a força da hierarquia para fortalecer o capitalismo industrial; os “corpos dóceis” representam a massa dominada em função da produção e reprodução de capital. Foucault exemplifica com clareza essa relação de poder exercido nas fábricas, escolas, hospitais e quartéis, espaços de rígido controle, por via de regras estabelecidas e rigorosamente obedecidas, em que o dominado considera natural a subjugação do dominador (FOUCAULT, 1976).

2 O SIGNIFICADO DO BIOPODER NA ESCOLA

Nesse contexto, podemos exemplificar a escola, como organização social na qual se estabelece uma relação de poder vertical, sob forte controle e dominação. O espaço escolar é pensado e constituído por normas e regras que definem com clareza

⁸Foucault, que nasceu na França, foi psicólogo, filósofo e professor universitário, faz uma abordagem interpretativa e subjetiva sobre as dimensões de poder, no contexto histórico do século XVII ao século XIX, período de florescimento das sociedades modernas e auge do capitalismo.

quem manda e quem obedece; a disciplina aparece como base fundamental, que rege a dinâmica das relações sociais de poder na escola.

A ação expressa do biopoder no espaço escolar abordará um recorte do ensino médio nas escolas públicas, onde há uma maior concentração de jovens na faixa etária de 14 a 17 anos. A juventude, como categoria sujeita à ação do biopoder, é subjugada à força de dominação por parte dos órgãos representativos do Estado, sendo a escola o principal equipamento social de reprodução de valores e interesses das classes dominantes, negando-se, à população jovem, espaço de liberdade e criação inerentes ao “protagonismo juvenil”.

Foucault inicia sua exposição didática em uma aula ministrada em 17 de março de 1976 no *Collège de France*, em que questiona a definição de poder, e conclui argumentando que o poder não é uma coisa, não é uma substância específica que se pode dar ou transferir; como não está em local determinado, o poder se exerce nas relações sociais, mediadas por uma relação de forças e interesses. (FOUCAULT, 1999).

O autor define os mecanismos de poder em três categorias: soberania, disciplina e biopoder. A soberania é marcada, no fim do século XVI e início do século XVII, na sociedade moderna, centralizada no poder absoluto do soberano, o qual tem total domínio sobre a vida dos seus súditos, com direito de ‘fazer morrer e deixar viver’; essa relação entre o soberano e seus súditos, Foucault denominou de “dissimetria” ou “paradoxo teórico”, posto que o soberano existe para proteger seus súditos – esse é o fundamento da existência de um soberano –, mas este pode não proteger seus súditos, e ainda, os condicionar sob constante ameaça de morte. O súdito não tem o direito sobre sua vida ou sua morte, cabendo exclusivamente ao soberano esse direito e essa decisão.

O segundo mecanismo é a disciplina, que se destaca por volta do século XVII a XVIII, período da revolução industrial, auge do capitalismo, com foco no homem-corpo, que representava uma máquina de produzir, seguindo a lógica do taylorismo/fordismo, que racionalizava o tempo, espaços e os movimentos (FOUCAULT, 1999).

A escola se enquadra com muita propriedade no segundo e terceiro mecanismos – a disciplina e o biopoder –, servindo como / representando um espaço de controle e dominação, no qual repousa um pensamento que caminha na contramão da história. A lógica de atuação da escola parou no século XIX, visto se acreditar ser a transmissão de conhecimentos o principal meio do processo ensino e aprendizagem, formato que evidencia com clareza um trabalho pesado e cansativo tanto para o aluno como para o

professor. Além disso, a didática da memorização continua ainda muito presente em pleno século XXI: infelizmente a escola não conseguiu acompanhar a evolução da nova era, e compreender como pensam e agem os jovens neste novo século, apesar de algumas mudanças estruturais e políticas ocorridas após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96.

Retornando ao pensamento de Foucault (1999), a disciplina rege a multiplicidade dos corpos, denominados de “corpos dóceis”, pela fácil dominação e manipulação: são treinados, utilizados, vigiados e punidos. Essa dinâmica é predominante na escola. Nela, os corpos dóceis são representados pelos alunos, dada a facilidade em aceitar a manipulação e dominação de seus superiores, sejam professores ou gestores, exercendo forte vigilância sob os comportamentos determinados pela instituição de ensino, como algo que não se pode questionar; se houver resistência, haverá punição. Todos são treinados para agir conforme as normas estabelecidas pela escola em relação a horários, à organização dos espaços, aos movimentos didáticos, aos currículos, às avaliações e à obtenção de resultados.

A instituição escola se impõe como detentora do saber e do poder sobre aqueles que utilizam seus serviços; os alunos ainda são vistos como seres passivos da ação educativa, mesmo com o advento da Escola Nova no Brasil, no século XX, representada pelos pioneiros da educação em 1932, em defesa e luta por uma escola pública, democrática, obrigatória e gratuita, como promotora de uma política de garantia de direitos e oportunidades a todos. Contudo, essa ideia foi interrompida pela força do regime militar, prevalecendo a pedagogia tradicional, classista, exclusiva e dominadora, com a adoção de rígidos padrões de controle em nome da ordem e do progresso da nação, sob a ideologia positivista herdada de Auguste Comte (DEWEY, 1952).

O biopoder, conforme denominado por Foucault, emerge no fim do século XVIII e início do século XIX, período do capitalismo industrial; representou uma prática dos estados modernos para controlar e regular a vida em sociedade. O homem-corpo dá lugar ao homem vivo, a espécie humana, para melhor viver e se adaptar em sociedade, necessita de mecanismos de regulamentação, tecnologia de poder – o qual Foucault denominou de “biopolítica” –, com objetivo de preservar a vida, no sentido de estabelecer normas sob as relações sociais para assegurar e fortalecer o setor produtivo, em prol do crescimento da economia.

Nesse contexto, o axioma de *“fazer viver e deixar morrer”*, concede à biopolítica a responsabilidade em utilizar mecanismos científicos para controlar e

regulamentar as ocorrências da vida social, dado o controle e monitoramento da taxa de natalidade, fluxo das migrações, epidemias e longevidade das populações. (FOUCAULT, 1976).

3 A ATUAÇÃO DA BIOPOLÍTICA NA ESCOLA

O questionamento que se faz, neste trabalho, é: qual a atuação da biopolítica na educação? Segundo a lógica do pensamento de Foucault, podemos relacioná-la aos objetivos da educação e os meios utilizados para obtenção de seus resultados?

Os principais objetivos da educação consistem em possibilitar o desenvolvimento pleno da pessoa humana, nas diversas dimensões da vida em sociedade, preparar para o exercício da cidadania, e qualificar para o trabalho. Ao jovem “cabe o futuro da nação”, frase impregnada de sentidos, quando se coloca tamanha responsabilidade nas mãos da juventude, categoria vista num constante “vir a ser”. O jovem *não é*, em seu presente, mas *poderá ser* em um futuro próximo. Essa ideologia nos remete a perceber a imagem que se tem do jovem, seja enquanto filho, aluno, profissional, consumidor e/ou transformador de sua realidade.

O jovem é percebido sob duas abordagens opostas: a primeira acredita no potencial e na força desse sujeito, e a segunda se justifica sob a crença de uma juventude assentada em um processo de transição, e envolvida em constantes conflitos, não apresentando confiabilidade para as demandas da sociedade do século XXI. (LECCARDI, 1991).

Manuel Castells (1999) reforça a ideia de biopoder no ambiente escolar, quando denuncia a negação do direito de vez e voz ao jovem. Para ele, as estruturas sociais – como a família, a escola, a empresa e outras instituições – ditam as normas e estabelecem como, quando e de que forma o jovem deve ocupar seu espaço no mundo.

O determinismo estabelecido pela escola, em consonância com as estruturas políticas, sociais e culturais da sociedade, retira de forma violenta o espaço de participação e expressão juvenil, quando suprime sua capacidade de pensar, de criar e de transformar. A sociedade determina uma trajetória de vida para a juventude, e a conduz a um tipo de escolaridade que venha responder aos seus interesses, projetos e valores. As tensões entre adultos e jovens se originam exatamente a partir da não aceitação da população jovem, a submissão da ditadura do determinismo adulto e da

falta de liberdade de expressão tão desejada pela juventude, para expor suas ideias, criações, linguagens, pensamentos e estilos de vida.

O mundo adulto tem uma forma diferente de pensar, agir e ser no mundo. O jovem é filho da era digital, conta com uma ferramenta poderosa de comunicação: a internet representa algo novo na história, possibilita a todos, mesmo sem permissão, a tão sonhada liberdade de expressão, quando promove espaço para interação com o mundo local e com o mundo global. O distanciamento entre o mundo adulto e o mundo jovem se reflete nas formas diferentes de pensar, agir e ser no mundo: a internet é temida pelo mundo adulto, porque, conforme argumenta Castells (*op.cit.*), não pode ser controlada.

A pedagogia da escola formal é voltada para a transmissão de conteúdos e informações, nesse aspecto perde sentido, porque a internet já realiza essa função; assim, cabe à escola, segundo Castells, “empoderar intelectualmente os alunos” (1999, p.296.), no sentido de dar autonomia para que possam pensar e criar, transformando informações em conhecimentos, e rompendo com a relação vertical de poder tão presente no ambiente escolar. O professor precisa entender que os contextos históricos e culturais mudaram, e frequentar a escola em busca de um “diploma” não é suficiente para atender as demandas da sociedade atual. Portanto, cabe aos sistemas públicos e privados de educação reconhecer isso e adaptar seus currículos e formas de gestão escolar, conforme demanda a atual conjuntura social, política e econômica do século XXI.

Hoje se trava um debate recorrente sobre as causas da evasão escolar, principalmente no ensino médio. Alguns educadores apontam para a falta de interesse dos alunos pela escola, e a corrida em busca pela sobrevivência no mundo informal do trabalho. Castells apresenta um dado importante quando aborda a não atualização do currículo escolar, gerando pontos antagônicos entre o mundo da escola e mundo dos alunos: ambos têm o mesmo objetivo, mas caminham em direções inversas. A escola acusa a falta de concentração dos jovens na sala de aula e os jovens dizem não ser ouvidos, nem respeitados em suas formas de viver, pensar e ver o mundo. A escola deve realizar essa ligação (estabelecer um *link*) da informação com a construção de conhecimento, e intensificar espaços que possibilitem liberdade de expressão e criação do jovem, enquanto produtor e ator de cultura na sociedade brasileira.

Para Manuel Castells (1999), “o poder é a capacidade de impor suas vontades as outras pessoas” (CASTELLS, 1999, p.296). Nesse caso, quem detém o poder organiza

as instituições de acordo com seus interesses e valores. A resistência ao poder é o contra poder, expresso por manifestações sociais, que fazem um contraponto ao poder estabelecido, e instauram uma lógica dialética de movimentos ora de afirmação, ora de negação.

Os mecanismos de poder se complementam, um não anula a ação do outro, agem simultaneamente; a biopolítica considera os problemas políticos, científicos e biológicos da população, visa otimizar a vida das massas a serviço da lógica da economia, intervindo nos fatores que causam morbidade, sabendo que, a vida é afetada pelo fluxo natural, como: nascimento, produção, doença e morte.

Além disso, a biopolítica utiliza as ciências como mecanismos reguladores da vida das populações, indicando as previsões, estimativas e estatísticas. Na arena escolar, a biopolítica regulamenta os processos didáticos e pedagógicos, a gestão escolar, o tempo pedagógico, os currículos, programas, projetos, financiamento e sistema de avaliação. A ação da biopolítica intervém nos aspectos de acesso, de permanência e de sucesso dos alunos na escola, assim como sua inserção no mundo do trabalho. Nessa perspectiva, a biopolítica regulamenta a vida em sociedade, potencializando as capacidades biológicas e intelectuais dos indivíduos em função do mercado. Por isso, nas questões abordadas por Foucault, dentro da circunscrição de atuação do biopoder, havia uma preocupação acerca do futuro da população, enquanto massa produtiva na sociedade de mercado.

4 RELAÇÃO DA JUVENTUDE COM A BIOPOLÍTICA

As políticas de juventude relacionam-se com a biopolítica, quando sinalizam um estilo de vida determinante para a sociedade do novo século, norteadas por relações de controle e de domínio cultural, que se estabelecem na centralidade de uma sociedade hedonista e consumista. A lógica da biopolítica concentra forças, com objetivo de elaborar políticas favoráveis à longevidade da espécie humana, em função de melhor servir ao mercado, enquanto produtora e consumidora de bens e serviços: esses aspectos determinam a valorização do ser humano na sociedade de consumo (FOUCAULT, 1976).

Segundo Foucault (1999), “a explosão de técnicas numerosas e diversas, para obter a subjugação dos corpos e o controle das populações” (FOUCAULT, 1999, p.23). Nessa afirmativa, o autor pontua os reais objetivos dos mecanismos e tecnologias de

poder, apresentando suas funções de gestão, para equilibrar e manter as relações de produção na sociedade.

Colocando a instituição escolar como lócus das relações de poder, em função de maximizar a economia e fomentar a sociedade de consumo, esta tem por função preparar os jovens para o famoso e áspero mundo do trabalho, fator que representa a única alternativa para a conquista do sucesso de muitos jovens no campo profissional. Contudo esse sonho é interrompido pelo grave e recorrente problema da evasão escolar, com fatores de ordem interna e externa ao contexto escolar. Os fatores internos estão ligados às relações de poder estabelecidas na organização didático-pedagógica e curricular da escola, na violência escolar, no relacionamento com os professores, o *bullying*, o *déficit* de aprendizagem e a cruel reprovação. Os fatores externos são concentrados na busca pelo primeiro emprego para garantir a sobrevivência, a gravidez na adolescência, a violência urbana e os problemas familiares. Infelizmente, os dados nos mostram que o ingresso do jovem no mundo informal do trabalho, quase que na sua totalidade, está atrelado ao abandono da escola.

Os dados estatísticos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2019, indicam que 4 milhões de brasileiros não concluíram o ensino fundamental, 6,5 milhões não estudam nem trabalham. Os dados de março de 2018 apresentam que 52% dos jovens brasileiros desistiram da escola, evidenciando uma dura realidade, que fomenta um ciclo de exclusão e desigualdade social.

O pensamento do jovem e da maioria de suas famílias cultiva a ideia de a escola ter, por função principal, o preparo para o competitivo mundo do trabalho, quando, na verdade, essa premissa faz parte de uma das funções políticas e sociais da escola. Segundo estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira, LDBEN 9.394/96, em seu artigo 2º, quando define os fins da educação básica como sendo: “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Seguindo essa linha de pensamento, que associa ser a função social da escola exclusivamente a preparação e qualificação para o trabalho, ao conseguir engajamento no mundo do trabalho, o jovem acredita não mais precisar da escola, facultando a ele a não obrigatoriedade de continuar frequentando a instituição escolar; logo a abandona, sob o pretexto de ter alcançado o objetivo proposto, bem antes da conclusão do ensino básico.

5 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA JUVENTUDE

A falta de escolaridade leva o jovem ao trabalho informal, caracterizado por ausência de vínculos empregatícios legais do trabalhador com uma empresa, fato que, suprime os direitos e benefícios trabalhistas. Assim, o jovem brasileiro está englobado nesse contexto e representa o principal alvo desse tipo de ocupação, com um mercado que busca mão de obra barata, em decorrência da falta de qualificação profissional e baixo poder de negociação com o empregador. Nessa relação, se percebe com clareza a ação da biopolítica no campo educacional e profissional, quando se estabelecem regras pelas vias da cultura econômica, alimentando a sociedade de mercado.

A precarização do trabalho, no Brasil, pode ser facilmente comprovada, vistas as taxas elevadas de desocupados, no primeiro trimestre de 2019. Dessa forma, fortaleceu-se um crescimento substancial de pessoas ingressando no mercado informal para garantir sua sobrevivência, submetendo-se a uma excessiva carga horária, a péssimas condições de trabalho e de remuneração com valores muito abaixo do mercado, além de não ter os mesmos direitos assegurados aos trabalhadores formais, (como férias, décimo terceiro salário, seguro desemprego dentre outros); tudo isso é consequência fatorial da ausência de escolaridade na vida dos jovens brasileiros, que se submetem ao subemprego para vencer os desafios da sobrevivência e da exclusão social.

Os dados estatísticos apresentados pelo IBGE, em fevereiro de 2019, mostram as taxas de trabalho informal no Brasil e os jovens representam uma parcela significativa dessa realidade no contexto histórico social e econômico do país. A taxa de desemprego, no primeiro trimestre desse ano, chegou ao patamar de 12,4% ou 13,1 milhões de pessoas desocupadas; desses, 32% são jovens de 18 a 24 anos.

O trabalho informal envolve os jovens em diversos tipos de serviços, tais como: ambulantes nos centros urbanos, entregadores de água, aplicativos de *fastfood*, ramos de cosméticos, estética, construção civil, limpeza e alimentação, dentre outros. A tão sonhada carteira assinada fica cada vez mais distante da realidade do trabalhador brasileiro, principalmente do jovem que está ingressando no mundo do trabalho com restrita qualificação profissional.

Importante ressaltar o trabalho pedagógico que vem sendo realizado no Estado do Ceará, para vencer o desafio do jovem aprendiz, quanto ao seu acesso ao mundo do trabalho, a partir de uma perspectiva socioeducativa. Em 2008, a Secretaria de

Educação do Estado do Ceará, empreendeu uma política de governo que integra o ensino médio ao ensino técnico profissional, em uma jornada de tempo integral nas escolas públicas estaduais, com um currículo que articula os conteúdos programáticos do ensino propedêutico e dos cursos técnicos. Essa organização e a regulamentação dos processos pedagógicos e gestão da escola expressam a biopolítica, enquanto mecanismo de controle e dominação da política, por meio de estratégias e ações que envolvem os processos educativos.

O protagonismo juvenil e a corresponsabilidade do jovem no itinerário formativo constituem a base da proposta pedagógica, com objetivo de promover ao aluno acesso ao mercado de trabalho e à universidade. Os resultados evidenciam um crescimento pessoal e profissional significativo na vida desses jovens, fato que comprova a importância da ação educativa, enquanto promotora de cidadania e dignidade humana. Os dados do Instituto de Pesquisa e Estatística Econômica do Ceará, (IPECE) demonstram que 24% dos jovens, em 2016, conseguiram acesso ao ensino superior e 87% concluíram o ensino médio.

O projeto de escolas de ensino técnico profissional é uma política pública de governo, que conta com a parceria da União, integrando o Programa Brasil Profissionalizado. As Escolas Estaduais de Ensino Profissional no Estado do Ceará contam com um total de 119 escolas, contemplando 95 municípios, 52 cursos, e beneficiando 52.571 alunos matriculados em todo Estado, conforme dados da Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC, referente ao ano de 2018.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O biopoder na escola impacta o cotidiano por meio de regras e normas estabelecidas para o funcionamento da instituição de ensino; a partir dessa lógica, a permanência do aluno na escola fica restrita, por não conseguir conciliar estudo e trabalho. Por desejar sua independência financeira e a inclusão na vida social, o jovem logo ingressa no mundo do trabalho, mas sem qualificação e sem escolaridade (sem a conclusão da educação básica), só lhe resta a ocupação no âmbito da informalidade, sem oferecer nenhuma perspectiva de crescimento pessoal e profissional; assim, acomodam-se no subemprego, e, infelizmente, na maioria das vezes não retornam à escola formal.

A relação entre escolaridade e inserção do jovem no trabalho nos remete ao questionamento sobre como a escola vem trabalhando essa questão em seus currículos e

programas didático-pedagógicos. A biopolítica regulamenta e condiciona o sistema educacional, quanto às suas funções, à estrutura, à logística de operacionalização e aos resultados. Qualificar o aluno para o trabalho é uma das funções da educação básica, mas a escola não pode restringir sua ação educativa à exclusividade dessa função; precisa ampliar o olhar para as questões que envolvem a cidadania e a formação humana em diversos aspectos da vida em sociedade, porque o jovem deve representar uma evolução devida que importa a todos.

O ensino médio, última etapa da educação básica, responsabilidade do poder público estadual, representa, para muitos, o que o senso comum chama de “terminar os estudos” ou concluir o ensino básico para ingresso na universidade, sonho da maioria dos jovens brasileiros. A realidade contradiz esse ideal, quando um percentual considerável de 30,8% dos jovens no ensino médio abandona a escola, para adentrar na informalidade laboral.

No Estado do Ceará já existe, desde 2008, nas escolas estaduais, uma política de articulação entre o ensino médio regular e a educação profissional de tempo integral, atendendo as determinações da Lei 14.273 de dezembro de 2008; proporciona-se a oportunidade aos alunos de conquistar o primeiro emprego por qualificação legal, além de conceder ao jovem aprendiz dois certificados distintos, o de curso técnico profissional e o de ensino médio propedêutico. Essa ação visa a qualificar o jovem para o trabalho formal, como também sua entrada na universidade, continuando sua trajetória escolar no nível superior. Dessa forma, a educação possibilita o desenvolvimento do potencial dos indivíduos e a formação não somente para o trabalho, mas para a vida em sociedade, regulamentada e controlada pela biopolítica, em função dos interesses da política neoliberal.

A escola precisa trabalhar, em seu currículo, as competências, habilidades e atitudes que promovam aos alunos ferramentas para a construção do perfil de um jovem ávido pelo conhecimento, como mecanismo de libertação e emancipação humana, instigando-lhe a curiosidade, a imaginação, a ousadia, o sonho e a luta; esses atributos carecem de saberes e aprendizagens, para tornar o jovem protagonista, produtor de cultura e construtor de uma nova sociedade, justa, equitativa, promotora da vida sustentável com participação política e social.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. vol. 1. A Sociedade em Rede. Paz e Terra, São Paulo, 1999.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES E LOGÍSTICA - CNTTL-CUT. **Transportando CNTTL-CUT**. Secretária Nacional de Comunicação. Mídia Consulte Comunicação. Disponível em: <<https://cnttl.org.br/>>. Acesso em: 21 set. 2019.
- DEWEY, J. **Democracia e Educação**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Atualidades Pedagógicas, 1952.
- ESCOLA VIRTUAL DE CIDADANIA - EVC. **INCLUSÃO, EDUCAÇÃO E TRABALHO**. Câmara dos Deputados. Brasília: 2019. Disponível em: <https://escolavirtualdecidadania.camara.leg.br/flux/inclusao_educacao_e_trabalho/> Acesso em: 20 set. 2019.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 18 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis; Vozes, 1987. 288p.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no College de France. (1975-1976)** / Michel Foucault. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Dados da educação e trabalho do Estado do Ceará**. Rio de Janeiro: 2010.
- INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE. **Estudos Sociais**. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza: 2018. Disponível em: <<https://www.ipece.ce.gov.br/>>. Acesso em: 29 set. 2019.
- LECCARDI, Carmem. **Orizzontedel tempo:esperienzadel tempo e mutamentosociale**. Milano: Franco Angeli, 1999.
- MOREIRA, Anelize; HERMANSON, Marcos. **Brasil de Fato**. São Paulo, 2019.
- SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, 2007.
- SUPERTI, Eliane. **O Positivismo no Brasil e a Revolução de 30: a construção do Estado Moderno no Brasil**. Dissertação de Mestrado, São Carlos: UFSCar, 1998.
- UNIVERSO ON-LINE - UOL. **BRASIL NA ESCOLA. O CANAL EDUCADOR. BRASIL: 2019**. Disponível em: <educador.brasilecola.uol.com.br> Acesso em: 20 set. 2019.
- UNIVERSO ON-LINE - UOL. **Informalidade cresce e atinge 37,3 milhões de trabalhadores em 2017**. Empregos e Carreiras. UOL. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2018/12/05/ibge-trabalhadores-informalidade-brasil-2017.htm?cmpid=copiaecola&cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 29 set. 2019.